



PARTE A

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 15148/2009

A Secretaria-Geral da Presidência da República abrange um conjunto alargado de actividades de apoio ao Órgão de Soberania Presidente da República.

Considerando a publicação do Decreto-Lei n.º 132/2009, de 2 de Junho que definiu a missão e atribuições da Direcção de Serviços de Informática;

Considerando que o licenciado José Luís Machado Seruya possui os requisitos legais e é detentor de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de Director de Serviços evidenciadas na síntese curricular em anexo ao presente despacho do qual faz parte integrante;

Por deliberação de 26 de Junho de 2009, do Conselho Administrativo da Presidência da República, o licenciado José Luís Machado Seruya foi nomeado, em regime de comissão de serviço, no cargo de direcção intermédia do 1.º grau (Director de Serviços), da Direcção de Serviços de Informática, nos termos do Regulamento Interno dos Dirigentes Intermediários da Secretaria-Geral da Presidência da República. A presente nomeação produz efeitos a 1 de Julho de 2009.

26 de Junho de 2009. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

Síntese curricular

José Luís Machado Seruya

Nascimento: 26 de Outubro de 1944, S. Sebastião da Pedreira, Lisboa.

Habilitações literárias:

1969 — Licenciatura em Teologia pelo Instituto Superior de Estudos Eclesiásticos de Lisboa com a média final de 15 valores.

Habilitações Linguísticas:

Alemão — Mittelstufe Ia da Deutschkurse für Ausländer da Ludwig-Maximilians-Universität de Munique,

Inglês — Inglês para estrangeiros da Cadogan Academy da London University,

Francês — Alliance Française em Lisboa, curso de três anos.

Habilitações profissionais:

Desde Agosto de 2008 — Adjunto do Gabinete da Secretária de Estado da Cultura.

Desde Agosto de 2006 — Secretário do Conselho Gestor do Sistema de Certificação Electrónica do Estado (SCEE).

De Fevereiro de 2003 a Maio de 2006. Director do CEGER — Centro de Gestão da Rede Informática do Governo.

De 1997 a 2003 — Consultor de Informática da APAD (Agência Portuguesa para o Desenvolvimento) e do ICP (Instituto da Cooperação Portuguesa).

De 1993 a 1997 — Consultor de Informática do MNE (Ministério dos Negócios Estrangeiros).

De 1994 a 2003 — Gerente da CSSP, empresa de Consultoria de Informática.

De 1991 a Maio 1994 — Administrador delegado, em Lisboa, da CPC (Companhia Portuguesa de Computadores).

1986 — 1990 — Director de Informática da Companhia de Seguros Inter-Atlântico (Grupo Espírito Santo).

1984 — 1986 — Analista-Programador na UNICRE.

1982 — 1984 — Programador-Analista no DPI (Desenvolvimento de Projectos Informáticos, Grupo COPIDATA).

Outros:

2005, Junho — curso de Alta Direcção em Administração Pública — INA

2004, Outubro — O Estado no séc. XXI: Redefinição das suas Funções — INA

2004, Abril — Sistemas de Suporte à Decisão — INA — Instituto Nacional de Administração e Tribunal de Contas.

201973422



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Despacho n.º 15149/2009

Declaração de utilidade pública

A APCA — Associação Portuguesa de Cirurgia Ambulatória, associação de direito privado n.º 504291190, com sede no serviço de anestesiologia do Hospital Geral de Santo António, concelho do Porto, vem desenvolvendo, desde 1999, uma meritória actividade em prol da divulgação e sensibilização da aplicação da cirurgia ambulatória junto dos profissionais de saúde, das administrações hospitalares dos hospitais públicos e privados e de inúmeros organismos do Ministério da Saúde.

Para além de ser membro activo da Associação Internacional de Cirurgia Ambulatória, presta, através da sua acção, crescentes e importantes serviços, de interesse geral, à comunidade, ao desenvolver actividades como a realização de sessões de esclarecimento e jornadas, elaboração de propostas legislativas, emissão de pareceres, publicação de uma revista, participação em grupos de trabalho no âmbito da saúde, organização de congressos, entre outras iniciativas de promoção da aplicação da cirurgia ambulatória.

Coopera, para o efeito, com a Administração e as mais diversas entidades públicas e privadas.

Por estes fundamentos, conforme exposto na informação final do processo administrativo n.º 62/UP/2006 instruído na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, declaro-a pessoa colectiva de utilidade pública, nos termos do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 391/2007, de 13 de Dezembro.

26 de Junho de 2009. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*.

15842009

Despacho n.º 15150/2009

Declaração de utilidade pública

O Grupo Cultural e Desportivo de Santa Maria de Cárquere, associação de direito privado n.º 501942645, com sede na freguesia de Cárquere, concelho de Resende, foi criado em 1981 e tem por fim a promoção cultural dos seus associados, através da educação cultural, musical, física, desportiva e acção recreativa, visando a sua formação humana integral.

Tem mantido uma actividade ininterrupta desde a sua constituição, distinguindo-se sobretudo pelas actividades de divulgação e ensino da música e pela preservação da música tradicional. Prossegue fins de interesse geral e de interesse para a região em que se insere, contribuindo para a valorização cultural e do associativismo local. Constitui um instrumento concelhio valioso para uma aposta cultural, especialmente na área do desporto e do folclore.